

política

Milton Cardoso quer zona franca no Rio Grande do Sul

Tucano é contra distribuição de recursos por emendas de parlamentares



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Dando sequência à série de entrevistas com os candidatos ao Senado pelo Rio Grande do Sul, o **Jornal do Comércio** ouviu as propostas de Milton Cardoso (PSDB). Ele defende a criação no Estado de uma “Zona Franca do Sul.” A ideia seria replicar a lógica da Zona Franca de Manaus, onde empresas de eletrônicos e outros ramos tecnológicos recebem isenção de diversos impostos para se instalarem naquele território.

O tucano integra a chapa majoritária liderada por Marcelo Maranata (PSDB) ao governo do Estado. Cardoso acredita que será impossível governar o Rio Grande do Sul, a partir de 2027, se o Palácio Piratini voltar a pagar as parcelas mensais da dívida do Estado com a União. Por isso, concorda com os outros candidatos que defendem a prorrogação do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) e a criação do Fundo Constitucional do Sul e do Sudeste.

Se eleito, o candidato tucano promete trabalhar para viabilizar o investimento da empresa de celulose CMPC, que pretende investir R\$ 27 bilhões em uma nova planta no município de Barra de Ribeiro. O empreendimento tem sido questionado pelo Ministério Público Federal (MPF) por conta do licenciamento ambiental. Nesta entrevista, Cardoso não poupa críticas a outras instituições, como o Supremo Tribunal Federal (STF), o próprio Congresso Nacional.

Jornal do Comércio - O senhor é um dos candidatos ao Senado que não usa verba do Fundo Eleitoral. É con-

tra o uso de recursos públicos na campanha?

Milton Cardoso - Não quero usar o fundo eleitoral, porque, na minha opinião, não é correto buscar dinheiro dos impostos da sociedade brasileira para fazer política. Sou contra o Fundo Eleitoral (recursos públicos destinados à campanha eleitoral) e contra o Fundo Partidário (recursos públicos repassados aos partidos). Só o Fundo Eleitoral, vai disponibilizar R\$ 5 bilhões para fazer campanha. O PL, do (ex-presidente Jair) Bolsonaro, e o PT, do (presidente Luiz Inácio) Lula (da Silva), estão levando a bolada maior (cerca de R\$ 1,5 bilhão em 2026). É uma concorrência desigual. Por isso, estou oferecendo uma opção ao eleitor. Se o cidadão quer se candidatar, tem que buscar financiamento entre os simpatizantes e apoiadores.

JC - Nos debates com os candidatos ao Senado, o senhor tem criticado as emendas parlamentares para as quais foram dedicados mais de R\$ 60 bilhões no orçamento de 2026. Alguns analistas sustentam que as emendas podem elevar o número de reeleições de deputados e senadores em 2026. Como enxerga isso?

Cardoso - A emenda parlamentar é o caminho da propina. E hoje tem um absurdo ainda maior que é o fato de elas serem impositivas. Deputados, vereadores, senadores são eleitos para legislar e fiscalizar, não para distribuir dinheiro. Se tivéssemos extinto as emendas parlamentares, 90% dos parlamentares não seriam reeleitos. Os deputados e senadores recebem centenas de prefeitos buscando recursos nos seus gabinetes. Assim, os parlamentares formam os seus currais eleitorais. Isso impede que novas lideranças surjam na política.

JC - Na sua avaliação, o que é mais urgente no Senado a partir de 2027?

Cardoso - O Senado deve exigir o cumprimento da Constituição Federal. O Senado é a casa revisora. Tem a força para fiscalizar financiamentos, nomeações de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), embaixadores, diretores de agências reguladoras, impeach-



Milton Cardoso (PSDB) integra majoritária liderada por Marcelo Maranata

Perfil

Milton Batista Cardoso tem 69 anos e nasceu em São Leopoldo. É graduado em Comunicação pela Universidade de Brasília. Atuou por 43 anos no Jornalismo, dos quais pelo menos 15 anos acompanhando a política no Congresso Nacional, na Esplanada dos Ministérios e no Palácio do Planalto. Trabalhou em emissoras de televisão como o SBT, TV Manchete e Globo, e em jornais e revistas como a Folha de São Paulo, Rede Capital, Rádio Nacional, Jovem Pan e Jornal do Brasil. No Rio Grande do Sul, integrou as equipes da Rádio Guaíba, TV Assembleia e Rede Bandeirantes. Também teve uma passagem pelo setor público durante o governo de Alceu Collares (PDT, 1991-1994), quando assumiu a comunicação da Secretaria Estadual da Fazenda. Filiou-se ao PSDB em maio de 2026 para concorrer a uma das duas vagas de senador pelo Rio Grande do Sul.

ment de ministros da Suprema Corte, impeachment de presidentes da República. Hoje o Senado está desmoralizado. Então, o Senado precisa retirar ministros do Supremo Tribunal Federal. Também é necessário rever o regimento interno do Senado. O presidente da casa deve ser um gestor administrativo e financeiro. As decisões - se vai encaminhar pedidos de impeachment; se vai instalar comissões parlamentares de inquérito - devem ser tomadas por um colegiado ou pelo plenário.

JC - Em abril de 2027, o Estado deve voltar a pagar a dívida do Estado com a União. A medida mais imediata defendida por muitos candidatos é a prorrogação do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), permitindo que as parcelas mensais que seriam pagas para a União alimentem o fundo voltado para obras de reconstrução do Estado após a enchente de 2024. O que pensa sobre a renegociação da dívida e a prorrogação do Funrigs?

Cardoso - Não tem como governar o Rio Grande do Sul pagando essa dívida. Segundo um levantamento da Ordem dos Advogados do Brasil, a dívida já foi paga há muito tempo. Talvez fosse o caso de uma auditoria, um



O Senado é a casa revisora. Tem a força para fiscalizar financiamentos, nomeações de ministros do STF.

encontro de contas. O Rio Grande do Sul é um dos poucos estados ainda que tem banco público, o Banrisul. Sou a favor de um plebiscito para saber se o povo gaúcho quer que o Banrisul continue público. Quando foi feita a rolagem das dívidas dos estados com a União, o Rio Grande do Sul foi um dos únicos que ficou com o seu banco público.

JC - No Congresso Nacional, há uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo Constitucional do Sul e do Sudeste. A matéria prevê que 1% do orçamento federal vá para o fundo do Sul; 1%, para o fundo do Sudeste; 1% para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); e 0,5%, para um fundo destinado à segurança pública. É a favor dessa PEC?

Cardoso - A princípio, esse projeto é fundamental. Além disso, podemos criar um sistema semelhante à Zona Franca de Manaus....

JC - Algo como uma Zona Franca do Rio Grande do Sul?

Cardoso - Exatamente, uma Zona Franca do Sul do Brasil, com incentivos fiscais para o setor industrial. Seria uma maneira de atrairmos investimentos ao Rio Grande do Sul. Aliás, o Estado está correndo o risco de perder um dos maiores investimentos da história....

JC - Refere-se ao investimento de R\$ 27 bilhões da empresa de celulose CMPC em Barra de Ribeiro...

Cardoso - Exatamente. Um procurador do Ministério Público Federal decidiu dar um canetaço, dizendo “opa, espera lá, não é assim que isso tem que funcionar”. O Senado tem que se impor com relação a isso também, não pode permitir que isso aconteça. A Constituição de 1988 concedeu uma força tão grande ao Ministério Público que, hoje, um procurador da República faz o que bem entende e nada acontece com ele. O máximo que pode acontecer é ele responder administrativamente.